



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GERALDO LOPES DE MEIRA

**O DESCONHECIMENTO DA HISTÓRIA DOS INDÍGENAS ARIKÊMES PELA
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES.**

Erechim

2017

GERALDO LOPES DE MEIRA

**O DESCONHECIMENTO DA HISTÓRIA DOS INDÍGENAS ARIKÊMES PELA
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção de
grau de licenciado em História da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Gérson W. Fraga

Coorientador; Washington H. Cavalcante.

Erechim

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Meira, Geraldo Lopes de

O DESCONHECIMENTO DA HISTÓRIA DOS INDÍGENAS ARIKÊMES
PELA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES./ Geraldo Lopes
de Meira. -- 2017.

57 f.

Orientador: Gerson Wasen Fraga.

Co-orientador: Washington Heleno Cavalcante .

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em história , Erechim, RS , 2017.

1. os indígenas arikêmes . 2. a exploração do latex.
3. o abandono da cultura arikêmes. I. Fraga, Gerson
Wasen, orient. II. , Washington Heleno Cavalcante,
co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul.
IV. Titulo.

GERALDO LOPES DE MEIRA

"O DESCONHECIMENTO DA HISTÓRIA DOS INDÍGENAS ARIKÊMES PELA
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Gerson Wasen Fraga

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 25/11/2017.

Banca examinadora:



Prof. Gerson Wasen Fraga



Profa. Caroline Rippe de Mello Klein



Profa. Solange Pereira da Silva

Em memoria de meu querido pai que infelizmente no período de pesquisa para o presente trabalho, fez sua passagem para o mundo espiritual. Homem este que soube reconhecer seus valores e limitações, mas também pode mostrar a mim e meus irmãos qual o verdadeiro sentido da vida em sociedade.

A toda minha família, que não mediu esforços para me ajuda quando necessário, e um obrigado especial a minha esposa Isabel que em momento algum me deixou fraqueja estando sempre presente mesmo longe.

AGRADECIMENTOS

Há uma grande gratidão por parte minha a todos que contribuíram para que o presente trabalho pudesse ser concluído. Desta forma agradeço a meus familiares, que souberam compreender a minha ausência quando necessário para as pesquisas. Agradeço também o fato de sempre estarem presentes como família, mostrando afeto e trocando sentimentos.

Aos professores da UFFS Universidade Federal da Fronteira Sul, por toda contribuição dada tanto em sala de aula como fora dela e a também a própria instituição. Aos colegas de Movimento e mesmo aos que não fazem parte do mesmo, pois sempre estiveram preocupados com o avanço na absorção de conteúdo que se faz de extrema importância no processo de aprendizagem de um educando.

Ao Coorientador professor mestre Washington Heleno Cavalcante que foi uma das pessoas que mais contribui para que tal trabalho tenha sido concluído, pois o mesmo foi quem me mostrou a direção certa a percorrer no processo de pesquisa. E claro ao orientador professor Gérson Wasen Fraga que por mais distante que estava não me desamparou, sempre cobrando e auxiliando quando necessário.

E de forma mais que especial, meus sinceros agradecimentos ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) por dar-me a oportunidade de fazer um curso de graduação que é de extrema importância para classe trabalhadora. E claro ao ITERRA pela ótima recepção, nos acolhendo durante esses longos quatro anos e meio de estadia e ensinando-nos a viver melhor em coletivo.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar o grupo indígena Arikêmes, habitantes do vale do rio Jamari no estado de Rondônia, que é na atualidade um grupo indígena desarticulado socialmente. Contudo, não fosse uma próspera cidade no norte do estado de Rondônia, Ariquemes, o nome desse grupo indígena só seria conhecido através dos relatórios da Comissão Rondon e SPI- Serviço de Proteção ao Índio e poucos trabalhos científicos. Desta forma, também procura mostrar a série de impactos socioculturais sofridos por esses indígenas a partir do século XX. O isolamento deste grupo no Posto indígena Rodolpho Miranda e o processo de desenvolvimento do aludido município ocasionou a desarticulação e a depopulação dos Arikêmes, o que levou ao abandono e desconhecimento da sua história por parte da população do município de Ariquemes.

PALAVRAS CHAVE: Arikêmes. Depopulação. Abandono.

Resumen

Este trabajo posee como objetivo presentar el grupo indígena Arikêmes, habitantes del Valle del río Jamari en el estado de Rondônia, que es en la actualidad un grupo indígena desarticulado socialmente. Sin embargo, no fuese una próspera ciudad en el norte del estado de Rondônia, Ariquemes, el nombre de ese grupo indígena solo sería conocido a través de los informes de la Comisión Rondon y SPI - Servicio de Protección al Indio. De esta manera, también busca mostrar la serie de impactos socioculturales sufridos por esos indígenas a partir del siglo XX. El aislamiento de este grupo en el Puesto Indígena Rodolpho Miranda y el proceso de desarrollo del aludido municipio ocasionó la desarticulación y depopulación de los Arikêmes, lo que llevó al abandono y desconocimiento de su historia por parte de la población del municipio de Ariquemes.

PALABRAS CLAVES: Arikêmes. Depopulación. Abandono.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Tabela com levantamento estatístico feito pelo tenente Otávio Felix no ano de 1910.....	38
Tabela 2- Relação dos materiais inventariados no posto Rodolpho Miranda em 17/05/1931.....	50
Figura 1- O jovem indígena Arikêmes Parriba Piuaca.....	32
Figura 2- Barracão Repartimento, maior estabelecimento seringalista alto Jamari. Sede do seringal Bom Futuro.....	41
Figura 3- índias Kepikiri-Uats que viviam no posto Rodolpho Miranda, a margem do rio Jamari.....	42
Figura 4- O chefe do Posto Indígena Rodolpho Miranda Caio Gracho, bebendo totó, bebida tradicional dos Arikêmes.....	46

Sumario

1	Introdução.....	10
2	As relações entre o estado e os povos indígenas no brasil durante os períodos pré-colonial e colonial.....	14
	2.1: Do Escambo à Escravidão.....	15
	2.2: Reformas Pombalinas.....	23
3	O grupo indígena Arikêmes e seus aspectos culturais.....	30
	3.1: A economia extrativista e as ações deletérias ante as comunidades indígenas do vale do Rio Jamari.	36
4	O inicio da colonização agrícola de Ariquemes e o abandono das culturas tradicionais(<i>o desconhecimento sobre a historia dos Arikêmes</i>).....	44
5	Considerações finais.....	53
	Referências bibliográficas:.....	55

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, insumo da Licenciatura em História feito na Universidade Federal da Fronteira Sul, iniciado no ano de 2013, tem como tema central o desconhecimento da população do município de Ariquemes, localizado no Estado de Rondônia, sobre o povo indígena que cedeu seu nome para a referida cidade, os Arikêmes. Apresentará aqui a busca pela reelaboração cultural dos mesmos, tanto durante a vida em liberdade, na floresta, quanto após a internação no Posto Indígena Rodolpho Miranda.

Há diversas formas gráficas para se referir aos indígenas aqui pesquisados como: Arikêmes (RONDON, 1915) Ariquemes (MAGALHÃES, 1942) Arikeme (RONDON, 1916). Porém aqui será utilizado o termo mais citado nos textos, o termo Arikêmes. Nome este adotado pela comissão Rondon, pois seu verdadeiro nome era “Ahôpôvo” Arikêmes é retirado do vocabulário de seus vizinhos os Urupás, (RONDON, 1916, p. 186).

Assim, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise dentro do processo histórico, e contribuir para uma melhor compreensão sobre as adaptações socioculturais entre grupos indígenas, aqui em específico os Arikêmes. Que com o tempo se dispersaram, não havendo nenhuma informação sobre a existência de alguma tentativa de reorganização social deste grupo indígena.

No caso dos Arikêmes, que atualmente são tidos como extintos, o contato com as frentes extrativistas de seringa e caucho ocorre desde o início do século XX, as adaptações desse grupo visando à manutenção são inúmeras. Desde as mudanças de espaço de convivência como ocorre no posto como a adoção em língua portuguesa, a exogamia, a reelaboração de rituais e o abandono de práticas religiosas, (CAVALCANTE, 2015)

Entretanto, é comum no “processo de colonização, que os povos colonizadores suprimam a cultura dos povos tradicionais, ou seja, dos povos já existentes no espaço geográfico ocupado”. Em Ariquemes, o processo de formação e desenvolvimento rural e urbano, não ocorreram de forma diferente. (ELIAS, 1993, p.100).

Desta forma é o contato entre povos indígenas já existentes na região do rio Jamari, um dos principais rios de Rondônia, e grupos não indígenas que chegam à região desde o ciclo do látex que formam, aos poucos, o município supracitado. Na maior parte das vezes, com prejuízo dos primeiros.

Ariquemes possui surtos de desenvolvimento econômico sucessivos, a saber: O ciclo do látex, a Batalha da Borracha, o surto de extração de cassiterita, o período da chegada das frentes agrícolas e, a fase atual. Em todas essas fases, os povos indígenas da região: Arikêmes, Caritianas, Uru eu-Wau-Wau, sofreram com as frentes pioneiras de colonização. Todavia, principalmente os Arikêmes tiveram um contato mais presente nos aspectos de formação do aludido município.

São a partir do ano de 1914 (CAVALCANTE, 2015), que o Governo Federal passa a criar, por intermédio da CLTEMA – Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas e SPILTN – Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais, alguns departamentos governamentais na antiga Vila dos Papagaios que, posteriormente, passaria a ser chamada de Vila de Ariquemes. No ano de 1914, o engenheiro militar, dirigindo a CLTEMA e o SPILN, constroem uma estação telegráfica e um posto indígena no aludido rio. Trata-se da Estação telegráfica Ariquemes e do Posto Indígena Rodolpho Miranda, ambos criados em homenagem aos indígenas Arikêmes, que vinham sofrendo constantes ataques das frentes extrativistas do caucho e do látex, (RONDON, 1916).

É a criação das repartições públicas criadas em 1914 que leva o governo do Mato Grosso instituir a Vila de Ariquemes em 1915, pela Resolução nº 735, de 06 de outubro, e denominado 3º Distrito do município de Santo Antônio do Rio Madeira. Vale a pena salientar que, até o ano de 1943, grande parte da região que forma o atual Estado de Rondônia pertencia ao Mato Grosso.

Diante do que foi exposto acima e também a partir do que será tratado ao longo do presente trabalho, observa-se que os indígenas Arikêmes possuem um estreito vínculo com a formação do município homônimo. É comum a construção de escolas, prédios e repartições públicas com o nome

desses indígenas. Contudo, a história dos mesmos, é basicamente desconhecida da população. Pois, não há projetos governamentais que vise divulgar a história dos mesmos no município.

Um fator que chama à atenção, e em alguns casos, causa certo espanto, é o desconhecimento de grande parte da população de Ariquemes, sobre a história e as lutas dos indígenas que doaram seu nome ao aludido município. Mesmo no campo da literatura é raro encontrar-se algum relato sobre esses indígenas.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, com o objetivo de mostrar questões referentes ao interesse do Estado representado aqui pelo SPI, um aparelho do Estado utilizado no processo de transformação cultural sofrido pelos Arikêmes, que resultou na desestruturação social desse grupo indígena.

O primeiro capítulo tem como objetivo analisar o processo histórico das ações indigenistas a partir do período colonial, em suas fases principais: a economia de exploração do pau-brasil; a instalação de aldeamentos indígenas como fator de cristianização e criação de núcleos populacionais; o período pombalino e a tentativa de assimilação das populações indígenas como vassalos da Coroa portuguesa e a Carta Régia de 1798 como retrocesso dos avanços propiciados por Pombal.

O segundo capítulo apresentará as principais características indenitárias do grupo indígena aqui pesquisado, os Arikêmes. Os relatos de membros da Comissão Rondon falam dos vários ataques sofridos por esses indígenas por parte dos seringueiros e caucheiros, o que os levou a um processo de reelaboração cultural que, por um tempo, os manteve integrados como comunidade indígena. Porém com o constante assédio cultural, tanto das frentes extrativistas quanto do Estado Brasileiro, os mesmos, desarticularam-se socialmente.

O terceiro capítulo mostrará como era o convívio destes indígenas com as comunidades extrativistas, as quais estavam alocadas na região do Vale do Jamari, que trouxe muitos efeitos negativos a esses indígenas que ali viviam,

pois os ataques dos seringueiros e os caucheiros contras os grupos indígenas em especial os Arikêmes.

O quarto e último capítulo têm como finalidade apresentar os surtos de desenvolvimento econômicos no decorrer da história do município de Ariquemes, pois isso possui grande porcentagem sobre a omissão acerca da cultura e da história do grupo indígena aqui pesquisado, os Arikêmes.

Quando um povo é submetido a uma modificação muito intensa de suas culturas ou se inserem em múltiplas relações sociais, há de forma natural um abandono das suas raízes, de sua história e o resgate só se fará em um resgate da memória coletiva. Mas, vale ressaltar que mesmo a memória individual, quanto à coletiva é vulnerável a usos e manipulações assim impondo limite no acesso ao passado.

Desta forma a pesquisa faz-se necessária, não somente para mostra quais fatores que levaram ao esquecimento e abandono das culturas deste grupo, mas também para relembra a população ariquemense quem foram os Arikêmes e sua importância na formação do município. Pois atualmente os únicos relatos voltados a esses indígenas estão na dissertação de mestrado do professor Washington Heleno Cavalcante e nos relatos da Comissão Rondon e SPI.

Portanto, para chegar a aos resultados que serão apresentados no trabalho usarei como base para minha pesquisa as seguintes fontes, os livros onde traz os relatos de Rondon e os relatos do SPI e a dissertação do professor Washington cujo título É OS ARIKEMES E O SPI: o desafio da reelaboração cultural indígena sob tutela do Estado Brasileiro. Além também de autores que cita o referido grupo em seus escritos, analisarei o acervo fotográfico pessoal do professor Washington para melhor ilustrar tal trabalho.

2. AS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL DURANTE O PERÍODO COLONIAL.

O objetivo precípua deste capítulo é analisar o processo histórico das ações indigenistas a partir do período colonial, em suas fases principais: a economia de exploração do pau-brasil; a instalação de aldeamentos indígenas como fator de cristianização e criação de núcleos populacionais; o período pombalino e a tentativa de assimilação das populações indígenas como vassallos da Coroa portuguesa e a Carta Régia de 1798 como retrocesso dos avanços propiciados por Pombal.

Para atingir este objetivo é necessário que se observe a relevância que as populações indígenas tiveram para o sucesso da empresa colonial portuguesa, desde o início dos contatos entre estes e aqueles, além de analisar as rupturas e continuidades no processo de tutela desenvolvido pelos Jesuítas.

Uma análise da legislação vigente nos períodos estudados será de primordial importância para se compreender os avanços e retrocessos no que tange à aquisição de mão de obra escrava ou assalariada entre os indígenas, tanto aliados aos portugueses quanto contrários as ações coloniais desenvolvidas pelos mesmos.

Faz-se necessário também, para uma visão mais ampla do processo, uma análise das ações indígenas, em suas mais diversas especificidades, como atores de seu processo Sócio-Histórico. É comum se observar nos trabalhos antropológicos e historiográficos mais antigos, onde os povos indígenas são apresentados meramente como elementos alienados, que em nada contribuíram para as mudanças estruturais de suas sociedades, que foram meramente espectadores de seu destino, o que não é verdadeiro.

Dessa forma, a intenção é salientar, baseado na historiografia recente, a formação do ideário indigenista, que se refletiu nas ações do Estado Brasileiro, inicialmente durante o século XIX no período imperial e, posteriormente, na

fase inicial do período republicano, que culminou com a criação do SPILTN¹ em 1910.

2.1- Do Escambo à Escravidão.

Os primeiros contatos entre Portugal e os grupos indígenas que ocupavam no século XVI parte do território que viria a se chamar Brasil ocorreram inicialmente de forma até certo ponto pacífica.

A Carta de Pero Vaz de Caminha demonstra os primeiros contatos com os indígenas da área litorânea, do território que viria a se chamar Brasil, dessa forma:

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata. Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha, quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados. Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, farteis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se algumas coisas provaram logo a lançaram fora. Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes a água em uma albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora. Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhes dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lhe havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lhes dera. Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas. O

¹ SPILTN- serviço de proteção ao índio e localização de trabalhadores nacionais

Capitão Ihes mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins; e o da cabeleira esforçava-se por não a quebrar. E lançaram-Ihes um manto por cima; e eles consentiram, quedaram-se e dormiram².

Observa-se que a princípio não havia hostilidades, ainda não se desenhara um quadro de invasões territoriais sistemáticas, de massacres e exploração da força de trabalho. De acordo com Gagliardi, (1989, p. 25) “À medida que os contatos iam se tornando mais frequentes, aumentava o número de índios que serenamente se aproximavam, surgindo também algumas mulheres”.

Portugal não demonstrava interesse na exploração imediata das novas terras, visto que possuía outros empreendimentos econômicos que lhes eram mais lucrativos. Todavia, a vigilância territorial era de primordial importância, pois a notícia da “descoberta” de um novo território despertou a atenção de outros países europeus que visavam expandir, assim como Portugal e Espanha, suas fronteiras. A exploração do pau-brasil, dessa maneira, surge como uma empresa capaz de prover certa vigilância sobre o território e também proporcionar a exploração econômica do mesmo (SIMONSEN, 1978, p 53).

Contudo, mesmo com uma presença parcial de portugueses no território que lhes cabia pelo Tratado de Tordesilhas, a penetração de exploradores franceses, interessados no lucrativo comércio do pau-brasil, não pôde ser evitada. “Os franceses trataram de manter contatos com os grupos indígenas do litoral, sobretudo os tupinambás, e inserir tradutores, durante todo período Pré-Colonial”. Esses indivíduos geralmente mantinham boas relações com os grupos indígenas que contatavam e em alguns casos passavam a viver nos aldeamentos indígenas, inclusive contraindo matrimônio. Dessa forma, poderiam dar suporte às naus francesas que viam para o Brasil em busca da preciosa madeira, (MARCHANT, 1980, p.27).

² CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a el- Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil.**

Disponível em:< <http://www.infoescola.com/historia/carta-de-pero-vaz-de-caminha/>> Acesso em 10/06/2015.

A população indígena do Brasil era, nos primeiros anos da presença portuguesa, grandiosa, sobretudo se comparada à população de alguns países europeus do século XVI:

As estimativas, de acordo com John Monteiro, (2010, p.29) podem variar entre 2 e 4 milhões de habitantes. Importa, no entanto, admitir que eram muitos, sobretudo se comparados à reduzida população portuguesa calculada em cerca de 1.500.000 habitantes no século XVI. Importa também assinalar que era uma população extremamente diversificada, com estimativas, segundo Aryon Rodrigues, de mais 1.000 etnias no tempo da conquista, (MONTEIRO e RODRIGUES, apud ALMEIDA, 2010, p. 29).

As relações eram pautadas na troca de mercadorias que favoreciam ambos os lados. Todavia, é evidente em vários relatos o apoio dos indígenas do litoral, tanto aos portugueses quanto aos franceses, de acordo com as conveniências de cada grupo indígena, (SIMONSEN, 1978)

Segundo Marchant, (1980, p. 33) “[...] o escambo era o método usual pelo qual os europeus tratavam com os indígenas quando destes desejavam produtos ou trabalho. O caso particular do tráfico de pau-brasil ilustra muito bem como se processava o escambo”.

A partir de 1532 com o início da colonização propriamente dita os conflitos entre indígenas e portugueses foram mais presentes.

A crise econômica gerada pela perda do monopólio comercial com a Índia, causada pela cessão paulatina aos holandeses, que eram seus credores, remeteu o governo português à ocupação do Brasil de forma efetiva, (GAGLIARDI, 1989).

Com a implantação do sistema de capitanias hereditárias e a exploração da lavoura de Cana-de-açúcar, os indígenas, que eram fornecedores de pau-brasil e demais produtos não existentes na Europa, passaram a ser utilizados como força de trabalho na monocultura canavieira (MARCHANT, 1980, p.51).

Inicialmente foi utilizado, assim como na exploração do pau-brasil, o escambo para direcionar os indígenas ao trabalho agrícola. Contudo, as dificuldades vão se mostrando cada vez maiores, ao passo que os trabalhos

ficam mais acentuados e desagradam os indígenas que só trabalhavam movidos pelos seus próprios interesses, (ALMEIDA, 2010, p. 42).

Observa-se que o sistema de escambo não foi suficiente para manter os indígenas atrelados aos interesses portugueses no que se refere à produção agrícola, inclusive sendo considerados por algumas etnias como trabalho feminino. Dessa forma, os portugueses apelaram para a escravização como forma de manutenção dos trabalhos na lavoura.

A alternativa dos portugueses, cuja necessidade de mão de obra só fazia aumentar, foi partir para escravização em larga escala, o que levou à violenta reação por parte dos índios. Conflitos violentos entre diferentes povos indígenas e europeus de nacionalidades diversas explodiram em várias regiões. (ALMEIDA, 2010, p. 42-43).

O insucesso do sistema de capitanias hereditárias teve como fator relevante a resistência de povos indígenas que não aceitavam o sistema de trabalho imposto pelos portugueses e, sobretudo a ocupação de suas terras por lavouras de cana-de-açúcar:

Os primeiros intentos de colonização foram arrasados à exceção de poucos êxitos em Pernambuco e São Vicente. Na Capitania de Santo Amaro, por exemplo, restara um único branco entre 1562 e 1566. A Capitania de São Tomé foi inteiramente destruída pelos Goitacás e em 1630 ficou inteiramente na posse dos índios. Em Ilhéus e Porto Seguro, os Aimorés forçaram inúmeras vezes os colonos a refugiarem-se nas ilhas. No Espírito Santo, o donatário foi morto pelos Tupiniquins. Mesmo em Pernambuco, ao tempo de Duarte Coelho, os colonos ocupavam escassos 20 km de costa e não se aventuravam pelo interior, (CORDEIRO, 1999, p. 27).

Todavia, “uma legislação voltada para o enfrentamento direto à resistência indígena só foi instituída no Brasil a partir da chegada, em 1549, de Tomé de Souza, o primeiro Governador-geral”. O regimento de Tomé de Souza já previa a guerra justa, que visava dar combate aos grupos indígenas que não aceitavam a ocupação de suas terras e eram vistos como inimigos, além da possibilidade de aldeamento para os aliados, (ALMEIDA, 2010, p. 46).

Foi também com a chegada do primeiro Governador-geral que vieram para o Brasil os primeiros jesuítas, que receberam a incumbência de cristianizar os indígenas visando, além da expansão da fé católica, a instalação dos núcleos de povoamento. As ações políticas de alguns Estados europeus,

dentre eles Portugal, eram orientadas pelos interesses da Igreja e da expansão do Cristianismo conforme relata Eisemberg (2000, p. 61):

Cinquenta anos antes do descobrimento do Brasil, o Papa Calixto II doou todas as terras a oeste do Cabo do Bojador à Ordem de Cristo, um ato de recompensa pela sua colaboração na vitória militar alcançada no leste europeu contra Mohamed II. De acordo com o direito eclesiástico, portanto, o Brasil era uma propriedade da ordem. Fundada em Portugal no século XIX, a Ordem de Cristo foi criada para substituir a Ordem dos Templários, extinta pelo Papa Clemente V em 1312. O sumo pontífice havia determinado que todos os membros e propriedades dos templários fossem incorporados pela ordem militar dos Hospitalários. Devido à grande rivalidade existente entre as duas ordens de cavaleiros, contudo, muitos Templários resistiram à ordem do Papa. Entre eles estava a maioria dos cavaleiros de Portugal – o mais importante reduto dos Templários e sede do seu principal monastério, localizado na cidade de Tomar. O rei português D. Diniz fundou então, a Ordem de Cristo com o objetivo de acolher os cavaleiros que se negaram a integrar os Hospitalários. Quando da descoberta do Brasil em 1500, o rei de Portugal era Manoel I. [...]. Até então, o Brasil, assim como outras possessões da ordem, tinha sido ignorado pela coroa portuguesa, ficando à mercê das visitas frequentes de piratas e corsários. O interesse de D. João III pelo Novo Mundo foi a principal causa do início da colonização sistemática do Brasil.

Dessa forma, com o início do Governo Geral em 1549, o Cristianismo católico continuava sendo a força ideológica para grande parte das ações do governo português. Como nos informa Eisemberg, (2000, p.65) “quando Nóbrega chegou ao Brasil em 29 de março de 1549, integrando a expedição de 1000 homens comandada por Tomé de Souza, junto com ele estavam outros cinco jesuítas: os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, Leonardo Nunes, Antônio Pires e João de Azpilcueta Navarro, um sobrinho do teólogo português Martin de Azpilcueta Navarro”.

O projeto inicial dos jesuítas na colônia era contribuir para o crescimento da fé cristã, por intermédio dos trabalhos de evangelização dos índios. No entanto, inúmeros aspectos culturais desenvolvidos, sobretudo entre os Tupis, além de alguns entraves encontrados na população não indígena, contribuíram para o fracasso do primeiro projeto cristianizador desenvolvido pelos jesuítas chefiados por Nóbrega (EISEMBERG, 2000).

Assim, os jesuítas elencavam três empecilhos ao sucesso do projeto inicial de evangelização dos indígenas no Brasil:

Segundo eles, havia três obstáculos à conversão. O primeiro era o componente do próprio nativo que, imediatamente após receber os sacramentos, declarava acreditar no Deus cristão, levando os irmãos a acreditar que a conversão tinha de fato se realizada. Os índios, contudo, seguiam praticando seus mais pecaminosos costumes, como o canibalismo e a poligamia. [...] O segundo obstáculo era os colonos. Eles constantemente atacavam os índios na tentativa de escravizá-los e os nativos, assustados e injustiçados, ao reconhecerem a origem europeia comum passavam a tratar os jesuítas com a mesma desconfiança com que tratavam os colonos. Além disso, os colonos do Brasil viviam uma vida cheia de pecados e eram, portanto, um mau exemplo para os nativos. Como poderiam os jesuítas convencer os índios a se portarem com bons cristãos se os próprios cristãos não o faziam? [...]. Por fim, o clero secular também era visto pelos jesuítas como um obstáculo para a atividade missionária. Desde cedo, Nóbrega defendia que a corrupção do clero secular que vivia nas cidades da colônia só poderia ser remediada com o envio de um bispo às terras novas, (Eisenberg, 2000, pp. 76-77).

O fracasso da primeira experiência missionária deveu-se, em parte, à própria organização social dos principais grupos indígenas que habitavam o litoral. As guerras intertribais e o sacrifício dos prisioneiros em rituais antropofágicos, tanto quanto os costumes associados ao corpo e à sexualidade, criavam sérios obstáculos à implantação da religião cristã e dos costumes europeus. Mas, o principal entrave para a realização do trabalho missionário nas aldeias era sua mobilidade geográfica. Os grupos litorâneos realizavam migrações periódicas buscando a ocupação de áreas consideradas mais férteis e ricas de recursos, quebrando a rotina de catequese, (SANTOS, 2007).

A tentativa de superação desta primeira experiência missionária se deu através do plano de catequese elaborado pelo padre Manoel da Nóbrega, no qual propunha a criação de aldeias ou reduções indígenas onde a população de diferentes povoados nativos seria reunida pelos próprios missionários (com o auxílio do Estado), objetivando submetê-los a uma rotina permanente de aprendizado dos ensinamentos cristãos: “antecipando o modelo das *reducciones* paraguaias, o novo plano dos jesuítas previa que os índios seriam forçados a viver de acordo com a cultura cristã para subsequentemente serem persuadidos a se converterem à religião de Cristo” (EISENBERG, 2000, p. 21).

Para Almeida, (2010, p. 71) “A política de aldeamentos foi essencial para o projeto de colonização. Afinal, os índios aliados eram indispensáveis ao

projeto, pois além de compor as tropas militares, eles deviam ocupar espaços conquistados e contribuir, como mão de obra, para construção das sociedades coloniais”.

De alguma maneira, os aldeamentos atendiam também aos colonos como reserva de mão de obra. Os indígenas, nos aldeamentos, poderiam ser recrutados de acordo com a necessidade dos engenhos, ou outras atividades econômicas. Como era estabelecido legalmente, o recrutamento deveria ser atrelado a um salário justo que geralmente não era obedecido pelos colonos. Concomitantemente, desenvolvia-se a prática de escravização de índios aprisionados nas “guerras justas”, (BEOZZO, 1983).

Contra os indígenas não aliados, chamados pelos colonizadores de “índios bravos” arremetiam-se as expedições, predadoras de índios. Essas expedições tinham a missão de empreenderem guerra contra os grupos indígenas que defendiam seus territórios e, portanto, eram tidos como hostis. Esses índios, uma vez vencidos, eram vendidos como escravos (ALMEIDA, 2010).

Conforme relata Almeida (2010, p. 84) “duas formas de escravização de indígenas consideradas legítimas mantiveram-se, com raras exceções, durante quase todo período colonial: as guerras justas e as expedições de resgate”. As chamadas “guerras justas” visavam como relatado anteriormente, dar combate aos indígenas que ofereciam resistência ao processo de ocupação colonial desenvolvido pelos portugueses, impedindo o trabalho de descimentos e reduções que mantinham ativos os aldeamentos e missões jesuíticas, e que em muitos casos eram meramente punitivas.

“Os resgates significavam a aquisição de prisioneiros indígenas por meio de trocas por mercadorias que interessavam aos grupos aliados aos portugueses”. Geralmente nas guerras indígenas, os guerreiros capturados eram condenados à morte e, salvos da execução pelo resgate, eram vendidos como escravos. (ALMEIDA, 2010, p.84).

Assim, a exigência crescente por mão de obra escrava foi um fator preponderante para as constantes mudanças legais, durante o período colonial no que se refere à liberdade dos povos indígenas.

São inúmeras as cartas régias, regimentos, leis e alvarás que afirmavam a liberdade dos indígenas, contudo, ao mesmo tempo, possibilitam por subterfúgios legais a prática da escravidão. Em favor da escravidão, suscitavam-se dúvidas a respeito da própria humanidade dos indígenas. Essa questão foi resolvida em 1537 com a bula papal “Veristas Ipsa”, de Paulo III, que os declarou verdadeiros seres humanos, descendentes de Adão, possuidores de razão, e capazes de atender ao chamado de Cristo. Tratando-se de verdadeiros homens e passíveis de abraçar a fé cristã, não se aplicavam aos índios as provisões da igreja que autorizavam a escravidão dos ímpios. Declarada a humanidade dos índios, proibiu-se a escravidão sob pena de excomunhão. As disposições da “Veristas Ipsa” não seriam divulgadas de imediato no Brasil, onde delas somente se teve conhecimento formal mais de um século depois, quando reafirmadas na bula “Comissum Nobis” de Urbano VIII, dirigida aos habitantes de São Paulo em 1639, (CORDEIRO, 1999, p.p 28-29).

Em linhas gerais o início do período colonial, analisado pela sua dinâmica de apropriação de força de trabalho indígena, foi marcado por dois aspectos principais, a saber: a necessidade de formação de núcleos de povoamento, que poderiam prover ocupação territorial e mão de obra farta e barata e, em segundo lugar, a aquisição de trabalho escravo, propiciado pelas “guerras justas”, que, sob pretexto da cristianização, dizimava populações inteiras, forçando alguns grupos inclusive a buscarem voluntariamente os aldeamentos. Como informa Almeida (2010, p. 80), “a vontade dos índios aparece nos documentos, como fator relevante para seu ingresso nos aldeamentos. Vontade bastante restrita deve-se convir, já que a escolha se dava entre condições bem desfavoráveis”.

Mesmo havendo a partir de 1537, com a Bula Papal “Veristas Ipsa” o reconhecimento por parte da Igreja da humanidade dos indígenas e a proibição da escravização, essa prática permanecia sendo desenvolvida por meio de subterfúgios que possibilitavam a declaração de “guerras justas”.

Além da mão de obra indígena direcionada aos inúmeros trabalhos existentes no processo colonial português, o recrutamento de força paramilitar entre os indígenas foi de primordial importância para a consolidação das fronteiras e manutenção do predomínio português sobre as extensas áreas

litorâneas, que eram regiões assediadas, como demonstrado anteriormente, por toda sorte de aventureiros, sobretudo franceses, que, em busca de lucros, exploravam as áreas onde não havia a presença efetiva do Estado.

Com relação às guerras indígenas no processo colonial, nos informa Almeida (2010, p.45):

As guerras coloniais se misturavam às guerras indígenas, na medida em que se faziam com índios aliados contra índios hostis. Europeus de nacionalidades distintas e índios de diferentes etnias lutavam como aliados numa mesma guerra, porém tinham motivações diversas, que das se alteravam, conforme as circunstâncias. Os índios foram, sem dúvida, os maiores perdedores, porém souberam também valer-se das hostilidades entre os europeus e obter seus próprios ganhos a partir delas.

2.1 Reformas Pombalinas

No que tange à liberdade dos povos indígenas, somente tiveram maior atenção a partir das ações de Sebastião José de Carvalho Melo, o Marquês de Pombal, efetivadas no Brasil a partir de 1755. Sebastião José de Carvalho Mello, como ministro do exterior e da guerra do rei de Portugal, D. José I, tratou de expandir os interesses da coroa em território colonial, impondo uma política econômica rígida, utilizando para isso os meios que julgava necessários. Nomeando seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado como Capitão-General do Grão-Pará, determinou que este promovesse a liberdade dos índios e a limitação do poder temporal dos missionários jesuítas, (SIMONSEN, 1978).

De acordo com Gagliardi, (1989, p. 28): “O período que antecedeu ao governo de Pombal foi marcado por uma evidente contradição entre os interesses dos colonos, favoráveis a utilização do índio na produção de mercadorias, e os interesses dos religiosos, que defendiam a segregação total das populações que estivessem sob seu controle”. Isto, na visão de Pombal, não possibilitava a ocupação dos territórios que haviam sido recentemente reconhecidos pelo Tratado de Madri, necessitando serem ocupados e permeados de vilas e comunidades luso-brasileiras, possibilitando o aumento da produção econômica.

Por meio do Diretório dos Índios, de acordo com Almeida (2010, p. 107) “Pombal introduziu mudanças significativas na política indigenista da Coroa portuguesa. Foi o primeiro passo para política de assimilação dos índios que iria se acentuar no decorrer do século XIX”.

Dessa forma:

No dia 14 de abril de 1755, foi decretado o primeiro alvará que, entre outras providências, incentivava o casamento inter-racial e equiparava os índios aos colonos, em termos de trabalho e direito. Em 6 de junho de 1755, foi decretada a liberdade irrestrita do índio, e no dia seguinte foi suprimido por lei- Alvará de 7 de junho – o trabalho dos religiosos junto aos índios, o que vigorou inicialmente no Pará e Maranhão, e após o Alvará de 8 de maio de 1758 estendeu-se para todo Brasil, (GAGLIARDI, 1989, p. 28).

O objetivo de Pombal era transformar as aldeias jesuíticas criadas próximas aos núcleos de povoados portugueses em vilas e lugares portugueses, e transformar os índios em vassallos do Rei de Portugal, assim como os demais colonos, fortalecendo dessa forma o poder do monarca ante as forças que o desafiavam, a saber: o setor antimonopolista da burguesia mercantil, o setor antiabsolutista da aristocracia nobiliária e o setor hegemônico da aristocracia eclesiástica, (ALMEIDA, 2010).

As aldeias indígenas seriam transformadas em vilas ou povoados, não mais sendo administradas pelas ordens religiosas. “A estas restaria o trabalho de enfrentar os sertões bravios em busca de povos nativos na tentativa de conduzi-los pacificamente para junto das povoações coloniais a fim de serem convertidos e doutrinados”, (SANTOS, 2007, p. 115).

A demarcação de fronteiras era uma prioridade e a região norte foi foco de atenções especiais por parte da Metrópole. Não foi à toa que o governador do Grão-Pará e Maranhão foi o próprio irmão do Marquês de Pombal: Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Foi ele o responsável pela redação do chamado Diretório dos Índios ou Diretório Pombalino, como se convencionou chamar a nova legislação referente aos índios que passou a regular a vida e as atividades dos aldeados. Proposto inicialmente para Amazônia (1757), o Diretório seria estendido, no ano seguinte, para todas as regiões da América portuguesa, (ALMEIDA, 2010, p.109).

Além das questões administrativas e econômicas que motivaram a criação do Diretório Pombalino, a fronteira oeste do Brasil era um problema

crescente desde a União Ibérica, visto que com o domínio político espanhol sobre as posses portuguesas o Tratado de Tordesilhas de 1494 existia apenas *proforma*.

Não havia proibições, durante o aludido período, às penetrações territoriais desempenhadas pelos colonos sobre os domínios espanhóis. Com o fim da União Ibérica em 1640 e a retomada do controle político dos portugueses sobre seus territórios, passou a ocorrer uma série de questões relativas à fronteira entre os dois reinos na América. Tal conflito foi sanado com a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri, que baseado no princípio “*uti possidetis*”, reconhecia o domínio português sobre os territórios ocupados, além da linha imaginária:

Dessa forma, justamente por se tratar de um imenso território limítrofe às possessões coloniais de impérios concorrentes, as autoridades metropolitanas viam a Amazônia como uma área estratégica, passível de grandes possibilidades econômicas e de suma importância geopolítica da América, justificando, assim, medidas que efetivassem o domínio português sobre a mesma, (CORRÊA, 2012, p. 61).

As medidas legais que respaldavam as ações pombalinas na América portuguesa ocorreram praticamente ao mesmo tempo e, embora apresentassem aplicações específicas para determinadas regiões da colônia, possuíam a mesma característica básica, que era “substituir a segregação dos grupos indígenas, desenvolvidas pelos missionários, pela assimilação dos mesmos como súditos da Coroa”, (OLIVEIRA, 1999, p.126).

Diante disso, parece não ter muito sentido falar de sucesso ou de fracasso da política indigenista de Pombal no contexto da América portuguesa. Não há como negar que alguns de seus objetivos foram alcançados, entre os quais se destaca a expansão e a garantia das fronteiras portuguesas com o auxílio dos índios. Outros, no entanto, tomaram rumos diversos dos esperados, ainda que em parte, possam ter sido atingidos, (ALMEIDA, 2010, p.133).

Outra medida aliada a política indígena pombalina foi o afastamento dos jesuítas e posteriormente sua expulsão do território colonial. “Para Pombal os jesuítas dificultariam a administração leiga dos aldeamentos, que seria implantada por meio dos Diretores de Índios”. Assim, os jesuítas representavam um entrave ideológico para a proposta política defendida por Pombal, que respaldava-se nos ideais iluministas, onde a civilização dos índios

deveria substituir o projeto catequético desenvolvido pela referida ordem religiosa, (ALMEIDA, 2010, p.112).

A morte de D. José I foi o fator fundamental, no ano de 1777, para a queda do Marquês de Pombal e da legislação indigenista que havia sido criada por ele. Assim informa Gagliardi (1989, p.29), “com a extinção da legislação pombalina, um período de relativa calma teve fim e, gradativamente, foram sendo retomados os métodos violentos de contato com os índios”.

A Carta Régia de 1798 apresenta em sua essência as mudanças na política indigenista que seria desenvolvida a partir do século XIX, com a chegada da família real portuguesa para o Brasil e, posteriormente, com a formação do Estado Brasileiro, onde a exploração das potencialidades dos índios não estaria mais pautada meramente em sua força de trabalho, mas principalmente na apropriação de seus territórios:

Os índios que não possuíssem ocupação própria poderiam ser compelidos ao trabalho público ou particular. Concede-se a condição de órfãos (supervisão do juiz de órfãos) aos índios que os particulares lograssem contratar para servi-los, os quais deveriam ser instruídos e alfabetizados. Desaparece administrativamente a figura das aldeias indígenas, facultando-se sua ocupação por colonos brancos e mestiços. Os bens coletivos das aldeias deveriam ser vendidos e o resultado recolhido ao tesouro público. Proíbem-se as guerras ofensivas contra as tribos do sertão, mas faculta-se o ataque defensivo para proteção dos povoados, (CORDEIRO, 1999, p.43).

Dessa forma observa-se que o período colonial, no que atina às políticas de controle da população indígena por Portugal, flutuou sobre o fundamento principal da apropriação da força de trabalho desses povos. Diante do que foi analisado fica claro que o trabalho indígena, tanto como mão de obra escrava como assalariada, foi fundamental para o estabelecimento do projeto colonial português.

Contudo, há que se observar que mesmo com os métodos impostos pelos colonizadores, ocorreu em vários momentos à manifestação dos interesses dos grupos indígenas, tanto por meio de enfrentamento direto aos portugueses quanto pelo apoio aos franceses ou, até mesmo, pela aceitação da vida nos aldeamentos como forma de refúgio dos conflitos.

O convívio de inúmeros grupos indígenas em um mesmo aldeamento, mesmo que tutelado pela catequese jesuítica que muitas vezes se valia da presença militar portuguesa, só era possível pelos acordos intertribais que facilitavam as relações sociais no interior dos referidos aldeamentos.

As ressignificações culturais exerceram um papel fundamental, não só entre os indígenas que viviam nos aldeamentos, mas também entre os grupos que eram tidos como “índios bravos”, e se recusavam a aceitar o aldeamento como forma de organização social. Naturalmente, as associações entre grupos de etnias diferentes eram necessárias para um fortalecimento, visando enfrentar as entradas e outros grupos de caçadores de índios pelos sertões do Brasil.

Um exemplo notório da resistência indígena ao domínio português foi à confederação de vários grupos indígenas do Nordeste, a “Confederação dos Cariris”, que buscando rechaçar a ocupação de suas terras para pastagens e plantio de cana-de-açúcar, uniram-se, dando combate aos colonizadores em um episódio historicamente conhecido como Guerra dos Bárbaros:

A Guerra dos Bárbaros, em sentido amplo, se refere aos conflitos entre grupos indígenas que habitavam o sertão do território do atual nordeste brasileiro e as forças colonizadoras portuguesas que tinham o objetivo de conquistar aquelas terras de forma a permitir a utilização produtiva da pecuária na região. Estes conflitos podem ser divididos em dois episódios: as guerras no recôncavo e a Guerra do Açú, que juntas remetem a mais de 70 anos de duração, de 1650 a, pelo menos, 1720. Tais conflitos eram citados na documentação coeva como a “guerra aos bárbaros” e referidos pela historiografia como a Guerra dos Bárbaros. Em muitos casos esta nomenclatura é citada referindo-se unicamente à Guerra do Açú, em outras englobando também as guerras do recôncavo baiano. A Guerra dos Bárbaros foi um conflito entre vários grupos indígenas do grupo linguístico macro-jê unidos naquela que ficou conhecida como Confederação Cariri e as forças colonizadoras portuguesas na América. Este conflito durou mais de meio século e foi responsável pelo completo extermínio de algumas tribos indígenas e pelo completo desmantelamento das demais envolvidas. Representou a conquista do sertão nordestino brasileiro para o domínio português e o seu uso efetivo na criação de gado, de fundamental importância para a subsistência da sociedade açucareira. Para a consolidação desta conquista foram manejados efetivos de caráter militar de todo o nordeste brasileiro, além da ajuda de contingentes expressivos de outras regiões. Foram formadas alianças com tribos tupis que permitiram multiplicar o efetivo da força de ataque portuguesa. A repressão ao quilombo dos Palmares foi adiada para que seus combatentes pudessem auxiliar no ataque aos indígenas “bárbaros” que destruíam milhares e milhares de cabeças de gado e centenas de colonos e ameaçavam o centro da capitania do Rio Grande, Natal, (DIAS, 2002. p. 5-6).

As relações dos tupinambás com seus vizinhos, como afirma Almeida (2010), pautava-se nas guerras, mas também nas trocas e no casamento. Demonstrando-se dessa maneira, relações de fortalecimento que terminaram se apresentando como uma das dificuldades encontradas pelos portugueses no processo de colonização das terras que sofriam a influência desses índios.

Pensar o papel do indígena como mero espectador das transformações sociais que o envolveram, é pensar como o colonizador. Nada mais excludente que deixar de reconhecer, no campo da historiografia, a capacidade de uma etnia em moldar-se às transformações e adquirir novos conceitos que contribuam para sua manutenção cultural.

Não obstante, deve-se observar também, os prejuízos causados aos índios do Brasil pelas ações predatórias efetivadas pelo Estado português no período colonial: guerras, propagação de doenças, descimentos e reduções, resgates. As transformações no processo capitalista conduziram também o Estado português a modalidades diferentes de controle dos índios na América portuguesa. Todavia, só a partir do século XIX ocorreu uma mudança efetiva no eixo norteador dos contatos entre o Estado e os índios. A questão indígena do período colonial em quase toda sua extensão foi uma questão de mão de obra. Com a expansão do capitalismo, a independência do Brasil e a expansão das fronteiras, a questão indígena passou a ser principalmente, uma questão de terras.

3. O grupo indígena Arikêmes e seus aspectos culturais.

O presente capítulo tem como objetivo, apresentar as principais características indenitárias do grupo indígena aqui pesquisado, os Arikêmes. Os relatos de membros da Comissão Rondon falam dos vários ataques sofridos por esses indígenas por parte dos seringueiros e caucheiros, o que os levou a um processo de reelaboração cultural que, por um tempo, os manteve integrados como comunidade indígena. Todavia, “com o constante assédio cultural, tanto das frentes extrativistas quanto do Estado brasileiro, os mesmos, desarticularam-se socialmente a partir da década de 1950 do século passado”, (CAVALCANTE, 2015).

O grupo indígena Arikêmes “está etnicamente enquadrado como pertencente ao tronco linguístico Tupi. Este é um tronco linguístico que engloba cerca de 41 línguas que se expandiram por vario milênios, pelo leste da América do Sul (Brasil, Peru, Paraguai, Argentina e Uruguai)”. Assim os Arikêmes fazem parte do grupo designado como Tupi-Ariken, (NOELLI, 1996, p. 9, apud CAVALCANTE, 2015, p.26).

Referente à residência dos Arikêmes suas casas eram em formato de carapaça de tatu, com apenas uma porta por onde entravam e saiam e eram cobertas de palhas de coqueiro. “Nas ocas observavam-se redes para dormir, inúmeros vasos de barro, cestos e demais artefatos da indústria Arikêmes. Dentro das ocas eram vistos também as sepulturas dos habitantes a mortos, que eram sepultados embaixo de suas redes”, (RONDON, 1916, p. 192).

De acordo com Roquette-Pinto (1950, p. 285) “os membros da comissão Rondon não puderam precisar se os Arikêmes praticavam o endocanibalismo³”. Este questionamento ocorre pelo fato de terem sido encontrados pelos membros da comissão Rondon em algumas das suas cestas, ossos carbonizados o que poderia indicar a ingestão das cinzas dos guerreiros nos rituais de sepultamentos.

3- Canibalismo entre os indivíduos da mesma tribo.

As manifestações culturais dos indígenas Arikêmes, identificadas e relatadas por Cândido Rondon em suas palestras e relatórios (Rondon 1916), falam de um grupo étnico que lutava pela manutenção de seus aspectos indenitários desde 1909. Não se conhece nenhum vestígio tribal dos Arikêmes anterior a 1913, pois é quando Rondon visitou pela primeira vez os aldeamentos desse grupo indígena. “Sabe-se que em 1909, durante a primeira passagem da comissão Rondon pelo vale do Jamari, havia uma população de 600 indivíduos, sendo que no ano de 1913, após os ataques dos caucheiros, restaram apenas 60” (RONDON, 1916, p.p 192-193).

Rondon não relata em seus escritos de onde ele tirou a informação de que eram 600 indivíduos, mas provavelmente foi de informações orais dos seringueiros e seringalistas que trabalhavam na região no processo de extração do látex, em sua primeira passagem pelo rio Jamari, em 1909.

A depopulação sofrida pelo referido grupo poderia ter causado a imediata dispersão dos mesmos, porém, assim como os Caritianas, os Tupari, os Zoroó e outros, buscaram reelaborar sua cultura de forma a se manterem organizados socialmente.

Dentre as características culturais destes indígenas, há uma série de considerações principalmente sobre a religiosidade e a particularidades de seu culto, pois o mesmo caracterizado como um grupo de um misticismo enorme, desta forma diz, “pelo que se pode observar, era restrito aos homens, pelo menos no interior do Pujico, que era o templo”. (CAVALCANTE, 2015, p. 35)

O contato com a Comissão Rondon despertou um interesse em um dos chefes dos quatro aldeamentos Arikêmes pela cultura do “homem branco”. Um exemplo claro disto é o do menino Arikêmes chamado Parriba, que foi levado para o Rio de Janeiro, em 1913, e internado no Colégio São José, depois transferido ao Colégio Batista, onde terminou morrendo de gripe espanhola. Após sua morte, foi enviado seu primo Amílcar Boroborô, do qual não há relatos posteriores. De acordo com Rondon, “Parriba foi levado para o Rio, pois um dos chefes Arikêmes pediu-lhe que educasse um de seus filhos, visando que o menino se tornasse um “grande homem”, como era Rondon”, (MAGALHÃES, 1941, p. 132).

FIGURA 1- Imagem do indígena Arikêmes Parriba Piuaca.



FONTE: CAVALCANTE, (2015, p.111)

Os Arikêmes faziam o uso no seu meio cultural de uma bebida chamada “totó”. São vários os relatos da bebida fermentada da mandioca ou do milho. Usava-se também o termo “chicha”.

Chicha é o nome genérico usado para denominar os vários tipos de “sopas”, “vitaminas” ou “sucos” de frutas, tubérculos ou de milho que os povos indígenas costumam fazer. Os Rikbaktsa costumam fazer chicha de bananas, milho fofo, batata doce, cará, milho com banana, patuá, injá, buriti, buritirana, assari, seriva (pupunha) bacuri, basy, aboho basy com milho e uma infinidade de outras menos frequentes, (ARRUDA, 1992, P. 268).

O totó era usado não somente como uma bebida alcoólica que tinha função de satisfazer necessidades biológicas, mas também “tinha um papel fundamental num clima que quente, e úmido que exija uma maior transpiração, a mesma tinha como finalidade manter a temperatura corporal”, pois a perda de umidade era grande para ser compensada apenas pela água, ela não só

encoraja a ingerir líquido como também fornece vitaminas e calorias, (MEGGERS, 1977, p.121).

Outra parte da cultura dos Arikêmes é representada pela arte cerâmica, caracterizada por utensílios domésticos *sui-generis*. Rondon, ao referir-se aos utensílios domésticos dos Arikêmes, faz o seguinte relato:

Os vasos de barro são todos da forma de troncos de cone; há uns grandes, chamados Buro, com a altura de um metro e a largura, na boca de cinquenta centímetros, e outros, bastante menores, denominados Icóio. Em cada casa, encontra-se sempre um da primeira espécie, e três da segunda, cheios de totó. Bebida fermentada e extraída do milho (RONDON, 1916, p.192)

Um dos fatores que mais impôs aos Arikêmes dada a necessidade de passarem pelas transformações em sua cultura, foram às relações desenvolvidas no interior do posto Rodolpho Miranda.⁴

Uma característica desempenhada pelo SPILTN a partir de 1910 foi a criação de “Postos e Colônias Indígenas que, de forma indireta, impossibilitavam que grupos indígenas, internados nos aludidos postos e colônias, buscassem, contato com outros grupos em liberdade”. Assim não teriam condições de se reestruturarem socialmente, o que contribuiu para o enfraquecimento social dos mesmos, (CAVALCANTE, 2015).

De acordo com Cavalcante (2015, p.20) “podemos compreender como cultura todo construto social, todas as ações e manifestações que identifiquem determinado grupo”.

Assim:

Não apenas os aspectos materiais, mas, toda crença que seja compartilhada por esse grupo e por eles manifestada. No entanto, as transformações ocorridas no processo de relações de determinado grupo não podem ser descartadas ou taxadas como aculturação, perda de identidade, senão como reelaborações, ressignificações, adaptações necessárias às novas necessidades vividas pelo grupo, (CAVALCANTE, 2015, p 20).

4-Posto Indígena criado no ano de 1914, pelo SPILN, visando minorar os conflitos entre os Arikêmes e a comunidade extrativista do vale do rio Jamari.

Reelaboração cultural, ou melhor, a readaptação de características culturais de um grupo onde as diferenças observadas no contato com outra cultura existam sem que haja a necessidade de ruptura com as tradições (CAVALCANTE, 2015, p 22).

Aqui o termo reelaboração cultural deve ser adotado para uma melhor interpretação das manifestações sociais produzidas a partir das imposições culturais, advindas do processo de intervenção patrocinada pelo Estado. “As imposições culturais, em qualquer circunstância, apresentam em suas ações, muitas vezes de forma oculta, o interesse de colonizar o outro”. Quando este não pode se defender diretamente, passa a se adequar às novas características culturais tendo como único propósito a sobrevivência, (CAVALCANTE, 2015, p.21).

Para (GAGLIARDI, 1989, pp. 30-31):

José Bonifácio acreditava que, se fosse mudado o método de atração, o indígena poderia integrar-se pacificamente à sociedade brasileira. Nesse sentido, propôs que o relacionamento entre o Estado e as populações indígenas fosse orientado por quatro princípios básicos: justiça – como meio de assegurar que as terras indígenas fossem compradas e não esbulhadas -, brandura, constância e sofrimento – para cativar seus sentimentos e pregar-lhes a fé cristã. Entre outros meios apontados por José Bonifácio para civilizar o indígena, podem ser citados: Primeiro, o comércio, como forma de aproximação entre brancos e índios. [...] Segundo, os casamentos mistos, entre brancos, mulatos, (propiciados pela introdução destes nas aldeias) e índios, para misturar as raças, “unindo os interesses de todos em uma só nação”. Terceiro, o trabalho de catequese, o qual deveria ficar a cargo de um colégio de missionários, que enviaria às aldeias missões de contato – Bandeiras – párocos com instruções sobre as línguas indígenas, usos e costumes.

Esta luta pela manutenção das características indenitárias é constantemente minada pelo interesse do Governo da República Velha, corroborado pelo pensamento positivista apregoado por Rondon e seus companheiros. Havia um interesse constante em transformar o indígena em um “indígena melhor”, um indivíduo que mantivesse elementos culturais tradicionais, mas que pudesse viver como um Brasileiro convencional.

Com relação à formação de um ideário nacionalista questiona Hall (2006, p. 59):

Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los todos como pertencendo a mesma grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural?

Compreende-se que, embora o Estado brasileiro tenha voltado sua visão para manutenção dos indivíduos do povo Arikêmes, dentro de um processo modelar positivista, a identidade desses indígenas foi suprimida pela aquisição da língua portuguesa, por moldes de convívio social, baseados na sociedade ocidental, com o casamento isogâmico e com as competições instaladas no interior da Colônia Indígena Rodolpho Miranda.

De acordo com o jornal Alto Madeira, que circulava em Porto Velho, durante as ações da Comissão Rondon e a instalação do Posto Indígena Rodolpho Miranda:

A sua área, ocupa uma extensão de 3.800 hectares de terras férteis e admiráveis, banhadas de um lado pelo Jamari, em muitos pontos por caudalosos igarapés. A demarcação dessa área foi procedida pessoalmente pelo Coronel Rondon em 1917. A Colônia mantém uma escola primária mista dirigida, como dissemos acima, pela inteligente e devota senhorita Aline G. de Oliveira, onde estão matriculadas 29 crianças, sendo 19 do sexo masculino e 10 do feminino. Além do ensino elementar e cívico, a professora administra lições de prendas, mantendo igualmente uma secção de costura, que funciona em determinados dias da semana, para o que possui a Colônia cinco máquinas. Uma carpintaria se encontra ali instalada, sob a direção do hábil artista Sr. Alfredo Domingues da Silva, que se encarrega de todos os serviços dessa especialidade para a Colônia. Além do aprendizado que ministra aos índios, essa oficina preparou já todo mobiliário para a escola e serviço da Colônia, portas, janelas etc., utilizando-se do cedro e de outras madeiras nela própria existente. Essa oficina vai ser ampliada, à vista da necessidade de novas construções naquele estabelecimento. Possui também a Colônia um magnífico engenho de sistema "Pearl", acionando por força animal, e com capacidade para moer oito toneladas de cana diariamente, (CAVALCANTE, 2015, p.81).

A despeito de ser, o posto Rodolpho Miranda, um local com uma estrutura invejável, para os moldes da época, apresenta-se como local destinado principalmente para a transformação social dos indígenas nele internados.

3.1 A economia extrativista e suas ações deletérias ante as comunidades indígenas do vale do Rio Jamari.

O convívio entre os indígenas Arikêmes, foco de nossa pesquisa, ante as comunidades extrativistas que foram alocadas na região do rio Jamari, que está na região Norte do atual estado de Rondônia. Vale a pena salientar que, sobretudo a partir do ciclo do látex, iniciado na Amazônia efetivamente a partir do ano de 1877, os contatos entre as frentes pioneiras de extração de látex e incontáveis povos indígenas pela Amazônia tornaram-se frequentes, o que foi prejudicial a esses povos. Visa-se no presente capítulo, entre outros aspectos, indicar-se as transformações sociais vividas pelos Arikêmes a partir do estabelecimento de seringais pelo Rio Jamari e seus afluentes.

A borracha teve várias utilidades na vida ocidental durante o século XIX. Inicialmente era usada na fabricação de borracha escolar, seringas e galochas. Anos mais tarde, com a descoberta da vulcanização, se ampliam os produtos derivados do látex. Dessa forma pôde ser utilizada, de forma mais industrial: na produção de mangueiras, correias e sapatos, (BENCHIMOL, 1977).

Inicialmente, a extração do látex era feita manualmente e, como a região amazônica era a única produtora do Brasil, vinham trabalhadores de outras regiões, principalmente do nordeste brasileiro. Os mesmos utilizavam técnicas de extração que remetiam às tecnologias indígenas, (BENCHIMOL, 1977).

A exploração da borracha possibilitou um rápido desenvolvimento econômico da região amazônica, representado principalmente pelo desenvolvimento de Belém. Este centro urbano foi marcado pela riqueza obtida na exploração da seringa e obrigou um suntuoso projeto arquitetônico profundamente inspirado nas referências estéticas europeias (PINTO, 1993)

Foram os índios centro americanos os primeiros a descobrir e fazer o uso das propriedades singulares do látex. Porém foi na floresta amazônica que de fato, se desenvolveu a atividade da extração racional desta essência vegetal.

Com a demanda do látex crescendo de forma muito rápida após a segunda metade do século XIX, por causa da exploração industrial dessa seiva vegetal, as indústrias inglesas e americanas perceberam que a falta de mão de obra na região amazônica era grande. Desta forma o governo brasileiro, pressionado pela demanda crescente e se aproveitando da grave seca no nordeste brasileiro, iniciou uma grandiosa propaganda, o que influenciou a vinda de trabalhadores nordestinos para a região. (CAVALCANTE, 2015).

A vinda de trabalhadores da região nordeste do Brasil para a Amazônia, mudou não somente a densidade demográfica da região, mas também os hábitos de vida, a paisagem, e, claro, as relações com os povos indígenas, sendo essas, marcadas pela violência e ações deletérias ante os povos da floresta.

Na região do vale do rio Jamari, os contatos entre extratores não indígenas e as comunidades indígenas ocorreu ainda no período colonial, a partir da expedição liderada pelo sargento-mor Luís Fagundes Machado e, posteriormente, com o sertanista João de Souza de Azevedo e o piloto Nunes de Souza, que chefiavam um grupo de 150 homens. É a extração das drogas do sertão que traz os primeiros sertanistas para o rio Jamari (CORREA FILHO, 1969).

Já no início do século XX, o vale do rio Jamari, passou a ser ocupado por vários seringais. Dentre eles, o seringal mais famoso é o seringal Bom Futuro, de propriedade dos irmãos Alfredo e Godofredo Arruda (RONDON, 1916).

A tabela abaixo apresenta o senso populacional dos seringais do rio Jamari, feito a partir dos apontamentos da Comissão Rondon, no ano de 1910. Esta tabela é elucidativa sobre a população não indígena na região estudada SILVA, (1920).

Tabela 1- Tabela com levantamento estatístico feito pelo tenente Otávio Felix no ano de 1910.

Seringais	Homens	Mulheres	Crianças
Bom Futuro	270	94	95
Papagaios	30	9	8
Rio Branco	202	45	28
Paraíso	45	12	28
S. Carlos	50	25	22
S. Joaquim	25	17	22
Conceição	35	9	8
Providência	12	2	1
S. Pedro	9	-	-
S. Marcos	6	3	6
Rolica	21	8	3
Monte Christo	3	1	1
Boa Esperança	5	3	2
Belchor	-	-	-
Rio Preto	70	25	15
Rio Perdo	122	48	20
Canaan	120	40	26
Massangana ³	180	52	31
Cachoeira de Samuel	62	17	12
Soma	1282	410	307

FONTE: CAVALCANTE, 2015, p.47

No caso dos indígenas Arikêmes, já citados na seção anterior, os contatos com as frentes de exploração da seringa e caucho ocorrem desde as primeiras ações extrativistas na região, o que levou o referido grupo indígena a elaborar uma série de adaptações sociais visando sua manutenção enquanto povo. “Dentre essas adaptações consta a utilização da língua portuguesa e de hábitos como a ingestão de cachaça e tabaco” (CAVALCANTE 2015, p 13).

Em 1909, quando a Comissão Rondon, durante a construção das linhas telegráficas pelo Noroeste do Mato Grosso passou pelo rio Jamari pela primeira vez, foi informada que eram constantes os ataques dos seringueiros aos indígenas da região, sobretudo aos Arikêmes (RONDON, 1916).

Além dos seringueiros, que estavam espalhados pelos inúmeros seringais do rio Jamari e seus afluentes, os Arikêmes passaram a partir de 1911 a sofrer ataques de caucheiros que penetravam em suas terras, (RONDON, 1916).

Sobre a extração do caucho, Euclides da Cunha comenta:

O caucheiro é forçadamente um nômade votado ao combate, à destruição e a uma vida errante ou tumultuária, por que a castilloa elástica que lhe fornece a borracha apetecida, não permite, como as heveas brasileiras, uma exploração estável, pelo renovar periodicamente o suco vital que lhe retiram. É excepcionalmente sensível. Desde que a golpeiem, morre, ou definha durante largo tempo, inútil. Assim o extrator derruba-a de uma vez para aproveitá-la toda. Atora-a, depois, de metro em metro, desde as Sapopemba aos últimos galhos das frondes; e abrindo no chão, ao longo do madeiro derrubado, rasas cavidades retangulares correspondentes as secções dos toros, delas retira, ao fim de uma semana, as pranchas valiosas, enquanto os restos aderidos a casca, nos rebordos dos cortes, ou esparsos a esmo pelo solo, constituem, reunidos, o sernambi de qualidade inferior, (CUNHA, 2006, p.24 APUD CAVALCANTE, 2015, 31)

Os ataques promovidos pelos caucheiros e outros conflitos entre indígenas e os extrativistas do vale do Jamari, produziu uma depopulação nas comunidades Arikêmes, isso foi uma das grandes causas para a redução populacional desse grupo. Sendo observado pela Comissão Rondon uma redução de 600 para 60 indivíduos, (RONDON, 1916).

Um exemplo de depopulação indígena em Rondônia é apresentado por Carolina Pacu de Araújo.

Rondônia esta concentrada a maioria das famílias do tronco Tupi, embora, devido ao difícil processo de demarcação das terras indígenas, as populações não apenas perderam muito do seu antigo território como sofreram um forte declínio populacional decorrente de conflitos e das epidemias que se seguiram. Um exemplo da depopulação sofrida por todos os povos aliada a uma penosa demarcação do território é o que acontece na terra indígena do rio Guaporé onde há apenas 407 habitantes e 10 etnias: araju, Aikanã, Aruá, Uari, Kanoê, Makuráp, Mequém, Jaboti, Tupari e Arikapu, (ARAUJO, 2002, p. 15 apud CAVALCANTE, 2015).

No ano de 1910, devido à forte opinião pública gerada por massacres aos povos indígenas em todo país, criou-se no âmbito nacional um departamento visando o controle sobre esses povos: o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). “O SPILTN foi criado em junho de 1910 durante o governo do presidente Nilo Peçanha e seria parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio”, e, teria como finalidade prestar assistência às populações indígenas do Brasil. (GAGLIARI, 1989, p.238)

A despeito dos interesses por parte das comunidades extrativistas do vale do rio Jamari em suprimir o grupo Arikêmes, visando desocupar novas áreas de exploração, esses indígenas sempre tentavam adaptar-se a novas realidades, por meio de acordos com os extrativistas, que visavam apenas suas terras e sua transformação social (CAVALCANTE, 2015).

No ano de 1913, já chefiando o SPILTN, Rondon chegou à Amazônia, onde foi informado que o ataque aos Arikêmes havia se intensificado, o que levou o aludido sertanista a buscar um contato *in loco*, com os Arikêmes, (GAGLIARDI, 1989).

O quadro observado por Rondon ao chegar aos aldeamentos Arikêmes, retratava uma sociedade que tentava emergir de uma guerra que não tinham criado, sem contar a série de ataques com armas que tinham um poder de destruição enorme e, sobretudo o constante assédio por parte de uma sociedade que só buscava lucros econômicos e a extinção dos referidos indígenas. (CAVALCANTE, 2015, p, 35).

A visão obtida por Rondon dos vários ataques sofridos pelos indígenas Arikêmes, fez com que o aludido militar retirasse estes indígenas de suas terras no alto do rio Massangana e os levasse para o interior do posto Rodolpho Miranda, criado pelo SPILTN às margens do rio Jamari, próximo ao barracão de seringa Repartimento e próximo, também, de um núcleo de povoamento conhecido como Vila Papagaios, que posteriormente seria chamada de Vila Ariqueemes (MAGALHÃES, 1942).

“Esta retirada visava tanto a interrupção no processo de dizimação destes indígenas quanto a desocupação das terras para melhor extração do látex”. Tal feito faz com que um ataque direto atinja a cultura existente neste grupo. (CAVALCANTE, 1915, p.81).

Entre os indígenas Arikêmes, foco de nossa pesquisa, e os seringalistas, a única fronteira era o rio Jamari, o que pode ter contribuído para a diminuição populacional dos Arikêmes. Como mostra a imagem abaixo, que tem como finalidade apresentar em primeira instância os impactos socioeconômicos

vividos pelos indígenas no interior do posto Rodolpho Miranda. (CAVALCANTE, 2015, 107).

FIGURA 2- Barracão Repartimento e ao lado construções de ocas de palha.



Fonte: RONDON, (1946, p. 169).

Como podemos observar as construções materiais ao lado das ocas mostra o avanço dos seringueiros sobre os indígenas. Pois havia um relevante número de seringueiros vivendo na área do Seringal Bom futuro, (CAVALCANTE, 2015). Naturalmente em um sistema de produção extrativista, o barracão não era a moradia destes extrativistas, mas era o local onde se efetivam as relações de trabalho e outras relações sociais no processo de extração de látex.

Logo a “partir de 1909, o noroeste do Mato Grosso, hoje atual Estado de Rondônia, se destacou como grande produtor de látex e passou a sentir uma maior presença do Estado Brasileiro”. Claro que isso se deve em grande parte ao processo de territorialização, por intermédio da instalação de linhas telegráficas, (PINTO, 1993, p.103).

A imagem seguinte mostra três mulheres indígenas que viviam no interior do posto Rodolpho Miranda. Pode-se notar que as mesmas posam para fotografia, que tenta dar a ideia de serenidade das índias por estarem sendo protegidas pelo SPILT. Porém, a mesma não consegue mensurar os

impactos causados pelos contatos constantes com comerciantes e outros. Sem contar que com um simples olhar já se nota em suas vestes que não são de caráter indígena, (CAVALCANTE, 2015, p 110).

Figura 3- índias Kepikiri-Uats que viviam alocadas no posto Rodolpho Miranda.



FONTE; RONDON, 1946, apud CAVALCANTE (2015, p, 111).

Observa-se que os contatos entre os Arikêmes, tanto na fase silvestre quanto após sua alocação no interior do Posto Indígena Rodolpho Miranda, foram eficazes para que o grupo entrasse em processo de desagregação cultural e deterioração social, levando-os finalmente ao fim do grupo.

Não podemos dizer que houve a extinção dos Arikêmes, uma vez que a existência de apenas um remanescente pode causar um processo de etnogênese, ou seja, o ressurgimento da etnia e, em uma região onde um grupo étnico viveu por tantos anos, é possível que haja vários descendentes nessa região, ocultos pelo temor de serem identificados como indígenas.

Segundo o professor Washington Heleno Cavalcante, mestre em História e Estudos Culturais pela UNIR – Universidade Federal de Rondônia, a partir de seus estudos sobre a Comissão Rondon, já no início do século XX as ações econômicas pela Amazônia, principalmente o látex, haviam forçado os Arikêmes a uma readaptação social, em busca de outros locais para sua sobrevivência pacífica (CAVALCANTE, 2015).

4. A colonização recente de Ariquemes e o abandono das culturas tradicionais: o desconhecimento sobre a história dos Arikêmes.

Como já citado anteriormente no presente trabalho, o município de Ariquemes possui vários surtos de desenvolvimento econômico no decorrer do tempo e, isso em muito contribuiu para a omissão acerca da cultura e da história do grupo indígena Arikêmes.

Ariquemes, município situado no norte do estado de Rondônia, possui esse nome, como já salientado anteriormente, devido aos autóctones existentes na região do rio Massangana, próximo da localidade onde o mesmo foi criado. O mapa a seguir mostra onde se localiza o município aqui citado.

Mapa do estado de Rondônia mostrando suas principais cidades:



Fonte: Governo de Rondônia.

Os Arikêmes, assim como seus irmãos, os Karitiana, viviam na mesopotâmia Jamari/Jaci-Paraná e, mesmo enfrentando os constantes confrontos com as frentes pioneiras em suas diversas fases, sempre se mantiveram organizados socialmente. Diga-se de passagem, os Karitiana ainda possuem sua organização tribal, embora tenham passado por algumas reelaborações socioculturais. Dito isto, um questionamento torna-se constante: por que os Karitiana, vivendo de forma independente, sofrendo ataques constantes, mantiveram-se organizados socialmente, ao passo que os Arikêmes, sendo “protegidos” pelo Estado Brasileiro, desestruturaram-se socialmente?

O contato com os seringueiros levou os Arikêmes a adotarem novas formas de convívio social. A Comissão Rondon, foi responsável pelos novos moldes sociais dos Arikêmes. A partir de 1909 a abertura de aldeamentos Arikêmes, a pedido de Rondon, foi inicialmente responsável pela adoção de hábitos nocivos a esses indígenas, que foram acompanhados de epidemias, raptos de crianças e prostituição. Tudo isso podem ter enfraquecido o sistema de autoproteção dos mesmos, o que indica um grande número de perdas de indivíduos. (CAVALCANTE, 2015).

E, também:

roças e os paióis de mantimentos, detidos a saque e roubados; as mulheres, raptadas e violadas; as crianças, arrebatadas e levadas para longe; doenças até então desconhecidas haviam surgido e iam causando As mortandades nunca vistas; enfim, a tribo que, no momento de entrar em relações com os seringueiros, seria pelo menos de 600 almas, agora dificilmente poderia reunir 60 pessoas, (RONDON, 1916, p.p 192-193).

A solução para os problemas existentes entre as comunidades extrativistas acima citadas e os Arikêmes levava a uma crescente depopulação entre os segundos. Dessa forma, a resolução do problema, na ótica do SPILTN, seria criar locais destinados à proteção desses indígenas: as colônias e postos indígenas.

Embora o posto indígena criado em 1914 já fosse chamado de colônia pelos moradores da região, foi só no ano de “1945 que o aludido Posto foi

transformado em Colônia Indígena e passou a ter 9.000 hectares de extensão”. (LEONEL, 1995, p. 71)

Mesmo considerando a possibilidade do isolamento dos Arikêmes em um posto ou colônia indígena, os métodos deveriam ser melhor articulado: pois criar um posto indígena próximo ao barracão de seringa e de um telégrafo propiciou contatos entre indígenas e não indígenas, o que facilitou relações que se mostraram prejudiciais aos indígenas. (CAVALCANTE, 2015)

Claro que não podemos negar que com a criação do posto indígena Rodolpho Miranda em 1914, os indígenas Arikêmes foram submetidos ao convívio com outros grupos indígenas de cultura distinta, com funcionários do posto e até com outras pessoas, que eventualmente mantinham relações com os mesmos. Naturalmente os indígenas absorviam os hábitos dos não indígenas e também de outros grupos indígenas ali internados, o que levava a uma reinterpretação do espaço e das relações sociais.

Levando-se em consideração que:

Quando duas populações estão em presença uma da outra, cada uma procura interpretar, julga, os costumes e tradições da outra. Nem sempre tal interpretação ou julgamento se faz de boa-fé. Desse modo, os civilizados Brasileiros têm determinadas ideias a respeito dos índios e agem segundo essas ideias. Cada sociedade indígena, por sua vez, faz uma imagem da sociedade civilizada e atua segundo essa imagem, (MELATTI, 1993, p. 193)

Figura 4- Caio Gracho, chefe do posto bebendo totó, bebida tradicional dos Arikêmes.



FONTE: (ACERVO PESSOAL WASHINGTON CAVALCANTE).

A fotografia acima foi feita, cerca de quatro anos após a criação do Posto Rodolpho Miranda, e nos mostra que as transformações culturais ocorriam rapidamente desde o período de Rondon, transformações essas adotadas pelos Arikêmes, após o isolamento no posto. Pode-se notar que suas vestes são como as dos homens ocidentais, e os utensílios onde se condiciona a bebida são de metal. Porém, os indígenas estão bebendo em cabaças, o que mostra que ainda há certa preservação dos hábitos tradicionais. Aos poucos, os Arikêmes iam adaptando-se ao processo “civilizatório”, imposto pelo Estado Brasileiro e, abandonando sua cultura tradicional.

Em 1950 o SPI conheceu um período de decadência administrativa que acabou em uma crise institucional, sendo responsável por sua extinção em 1967. Sobre as causas de sua extinção, diz Cordeiro:

Relatório de sindicância realizada na época teria indicado a prática de crimes de extermínio com participação e convivência de funcionários do serviço, arrendamentos indevidos e exploração fraudulenta de reservas florestais e minerais em terras indígenas. Com o resultado das investigações procedidas, dos 700 funcionários do SPI, 134 eram

acusados de crimes, 200 haviam sido demitidos e outros 34 afastados de suas funções. (CORDEIRO, 1999, p.66).

Em Ariquemes, a partir de 1951, “as terras da Colônia Rodolpho Miranda passaram a ser distribuídas, a título precário, entre os principais mandatários da vila de Ariquemes, dentre eles Adalberto Benevides, Antônio Rocha, Severino José Barbosa, Bento Sampaio, com arrendamento de 6%”. Entretanto, nem o SPI e nem os pouquíssimos índios que ainda viviam na Colônia receberam qualquer porcentagem do arrendamento. (LEONEL, 1995, p. 73)

Desta forma, “vários grupos indígenas tutelados pelo aludido órgão passaram a sofrer o abandono material, assim saíram dos postos e colônias em busca de trabalho pela região”. Esse processo levou os Arikêmes e também outros grupos que viviam no interior do posto Rodolpho Miranda, a dispersarem-se pela região, (LEONEL, 1995, p. 70).

Percebe-se que, em prol de um projeto político e econômico, o Estado, direta ou indiretamente, termina efetivando processos civilizatórios que remetem à destruição da etnia. Desta forma explica Castres:

Se o termo genocídio remete a ideia de raça e ao desejo de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio acena não para destruição física dos homens, mas para destruição de suas culturas. O etnocídio é, portanto, a destruição sistemática de modos de vida e de pensamento de pessoas de destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo e o etnocídio a mata, em seu espírito (CASTES, 1982, p. 53-54).

Claro está que os indígenas que saíram do Posto Rodolpho Miranda buscaram refúgio na comunidade mais próxima, a pequena vila de Ariquemes, criada em 1950 pelo Governo do Mato Grosso. Mesmo porque, segundo Leonel (1995, p.74): “ em 1984 o que restava do povo indígena Arikêmes eram apenas duas famílias indígenas trabalhando para proprietários agrícolas nos arredores do município de Ariquemes e pelo menos duas índias em prostíbulos locais”.

Se os Arikêmes eram parte da realidade social da vila homônima, com o fim da Colônia Rodolpho Miranda, passaram, além de serem citados como “índios” que viviam na região, a conviverem diretamente no pequeno núcleo

urbano não indígena de Ariquemes. Não obstante, fazendo parte da sociedade ariquemesense, naquela época, composta por seringueiros, pescadores, donas de casa e mineradores.

Após a criação da BR364, já na década de 1970, inicia-se uma nova fase de exploração do trabalho em Ariquemes. A agricultura, impulsionada pelo Governo Federal e com a imigração crescente de pessoas advindas de muitas regiões do país, principalmente das regiões Sul e Sudeste, trouxe para Ariquemes e para a maior parte da Amazônia uma nova forma de apropriação dos recursos naturais e, e dessa forma, novas características sociais.

Para o Governo militar, a preservação de culturas tradicionais não podia antepor-se ao processo de integração da Amazônia. Sob uma ótica desenvolvimentista, a criação e a modernização de núcleos urbanos eram imprescindíveis à alocação constante de colonos na densa floresta amazônica.

Assim com a intenção de acelerar o processo de ocupação das áreas “desabitadas” da Amazônia o governo federal criou programas para alcançar tal objetivo. Um destes programas é o decreto nº 63.104 de 15/08/1968 que determina o estado de Rondônia como área de atuação prioritária que entre Vila Rondônia (atual Ji-Paraná) e Ariquemes tendo uma faixa de 06 quilômetros de cada lado. E também ocorreu a implementação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) nas regiões onde se localiza Porto Velho e Abunã, (CAVALCANTE, 2015).

Dessa forma, começam a aparecer os primeiros assentamentos: o PA (projeto de assentamento) Marechal Dutra e o PAD (projeto de assentamento dirigido) Burareiro, estes tinham aproximadamente 200.000 hectares que foram licitados por agricultores de Ariquemes e até mesmo de outras regiões do país. Já os lotes do PAD tinham a medida de cerca de 500 mil hectares. Este teve como principal objetivo a lavoura de cacau, pastagem e também extração de seringa, atualmente essas áreas foram todas vendidas a pecuaristas de outras regiões do país que fizeram destas grandes fazendas, (TEIXEIRA, 2001).

Na década de 80, colonos vindos do sul e sudeste do Brasil trazem para Ariquemes o que chamavam e ainda chamamos de lavoura branca, ou seja,

produção de arroz, feijão e milho, além do cacau que teve seu ápice nesta década, principalmente em 1983 e 1984. É também o período em que migrantes vindos da Bahia chegam à região. Estes já possuíam experiência com o cultivo da lavoura cacauzeira, pois já a trabalhavam na Bahia, porém não como proprietários de terras e sim como boias-frias, fazendo diárias para os grandes proprietários de terras.

Um dos maiores fenômenos econômicos no município de Ariquemes e talvez do estado de Rondônia foi a descoberta de uma grande jazida de minério de estanho na linha C-75, em uma área de assentamento do INCRA. O garimpo chegou a ter cerca de 25.000 garimpeiros de todas as regiões de país. O garimpo Bom Futuro, como ficou conhecido, era a maior reserva de cassiterita do mundo.

Como as leis de proteção as grandes mineradoras estavam em vigor, o que proibia a garimpagem manual, sendo assim, os garimpeiros eram obrigados a venderem parte de sua produção à companhia mineradora que tinha a concessão neste período: a EBESA (Empresa Brasileira de Estanho).

O fato é que com a mudança no processo de produção da região de Ariquemes, que antes era composta principalmente pela agricultura de subsistência e pelo extrativismo, modelos de produção que propiciavam um conhecimento sobre os povos da floresta, assim implantaram-se modelos de produção mais modernos, abandonando as culturas tradicionais, dentre elas o conhecimento dos moldes de vida dos Arikêmes.

A prova de que o posto indígena Rodolpho Miranda estava voltado para o adiestramento dos indígenas nas práticas agrícolas, bem como nas técnicas modernas de cultivo, está na tabela abaixo, que traz a relação dos materiais inventariados no referido posto. Ao analisar a tabela, percebe-se que as técnicas de produção já não eram as mesmas a partir do isolamento no posto. Nela também vemos que as técnicas de pastoreio já existiam, mas em pequena quantidade. Porém, pode-se observar na relação que a maior parte dos materiais é de utilidade agrícola.

Tabela 2- Relação dos materiais encontrados no posto Rodolpho Miranda em 17/05/1931.

Material	Quantidade	Estado
Maquina Locomóvel Força Dupla	01	Mau estado
Engenho para cana acionado a maquina	01	Bom estado
Burrinho para bombeamento d'água	01	Bom estado
Ralador de mandioca	01	Mau estado
Debulhador de milho	02	Mau estado
Forno de cobre e ferro	02	Bom estado
Taxo de ferro para garapa	03	Bom estado
Taxo de cobre	04	Bom estado
Alvião	07	Mau estado
Corrente de agrimensor	01	Bom estado
Gadanho	10	Bom estado
Bomba manual	01	Bom estado
Injetor colocado na caldeira	01	Mau estado
Serrotão para madeira	01	Bom estado
Raladeira nova	02	Bom estado
Lâminas de serra	02	Bom estado
Aparelho telefônico	01	Mau estado
Maquinas perfuradeiras ferro	02	Mau estado
Bigorna ferro	01	Bom estado
Chave para tubos	02	Bom estado
Macaco duplo de ferro	01	Bom estado
Balança decimal	01	Bom estado
Marretas de ferro	03	Bom estado
Serrotes	03	Bom estado
Enxada	06	Bom estado
Enxadeco	04	Mau estado
Foice	24	Mau estado
Machado	07	Bom estado
Machadinhas novas	21	Bom estado
Ferrolhos	20	Mau estado
Gramadeira	03	Mau estado
Saca pregos (pé de cabra)	01	Mau estado
Arco de pua	01	Mau estado
Torno de bancada	01	Mau estado
Trena	01	Mau estado
Tesoura funileiro	01	Mau estado
Torneira de passagem	03	Mau estado
Talha	03	Mau estado
Cunha de ferro	02	Mau estado
Prensa com parafuso	01	Mau estado
Vergalhão de ferro	02	Bom estado
Rolo de arame farpado	20	Bom estado

FONTE: CAVALCANTE 2015.

A produção capitalista, baseada nos moldes implantados a partir da década de 1970, com o desenvolvimento do Plano de Integração Nacional (PIN), em Ariquemes e restante da Amazônia, foi o mote para a elaboração de uma sociedade mais moderna e, com o passar do tempo, urbanizada, senão vejamos: o primeiro núcleo populacional de Ariquemes, às margens do rio Jamari, foi substituído por uma nova Ariquemes, um núcleo urbano iniciado a partir de 1975, por determinação do então governador do Território de Rondônia, Coronel Humberto da Silva Guedes (CAVALCANTE, 2015).

O novo núcleo urbano de Ariquemes, “criado a partir de 1975, foi projetado pelo engenheiro Antônio Carlos Cabral Carpintero, que projetou áreas residenciais, comerciais, industriais, institucionais, praças, ruas e alamedas”. Não foram destinados espaços para o resgate e a manutenção das culturas preexistentes, como a dos ribeirinhos e dos indígenas da região (MENEZES, 1980, p.195).

Hoje, em Ariquemes, “não existem livros didáticos que cite os grupos primeiros da região. É comum ouvir-se que Ariquemes foi construída a partir de um grupo indígena, os Arikêmes”. Contudo, mesmo professores e acadêmicos desconhecem a história desses indígenas (CAVALCANTE, 2015, p.122).

Atualmente sobre os Arikêmes as informações são limitadas, existindo apenas relatos da Comissão Rondon e, poucos trabalhos científicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Com base no que foi pesquisado, pode-se concluir que os moldes desempenhados pelo Estado têm grande porcentagem na reelaboração cultural e na depopulação dos Arikêmes, pois desde o período imperial até a República Velha, por mais que se tenha criado políticas indigenistas, estas não enfatizam a preservação sociocultural dos povos autóctones. Pelo contrário, todo esse tempo foi marcado por políticas de expulsão dos indígenas de suas terras, o que gerava conflitos e, claro, mortandade.

De certa forma o projeto do governo federal de proteger os Arikêmes, através do posto indígena Rodolpho Miranda, dos ataques dos caucheiros e seringueiros tinha como finalidade possibilitar a sobrevivência do grupo indígena, sem que houvesse prejuízo para as frentes de desenvolvimento e tampouco para os mesmos. Porém, não obteve sucesso, como a própria pesquisa indica o caráter civilizatório do projeto não se importava com a importância dos valores culturais para a existência dos Arikêmes enquanto comunidade, afinal o maior objetivo era a extração das matérias prima da região.

Foram observados no decorrer da pesquisa vários aspectos que podem ter ocasionado o desconhecimento e até mesmo o abandono da cultura do grupo indígena aqui pesquisado, como o processo de territorialização da Amazônia, principalmente em áreas ocupadas por indígenas; o convívio com outros grupos indígenas e não indígenas no Posto aqui citado e a inserção da agricultura ocidental como elemento civilizatório. Porém, foi a criação de postos e colônias a fundamental questão para concluir o que o Estado por mais que se preocupou com os indígenas da região eles também visava a manutenção sociocultural dos povos da floresta, para assim poderem terem melhor avanço no desenvolvimento do município.

A hipótese formulada no decorrer do trabalho aponta para fatores da política nacional que conduziram ao processo de reorganização social dos Arikêmes, pautado em reelaborações culturais que contribuíram para sua desarticulação tribal.

Por mais que haja uma creche ou um cartório que receberam o nome desse grupo indígena, não há na grade curricular das escolas públicas informações sobre a história dos Arikêmes, os locais onde viviam ou o período que viveram isolados em um Posto indígena onde atualmente se encontra a área urbana de Ariquemes.

Desta forma não podemos afirmar que exista indivíduos que tenha traços culturais pertencentes a esse grupo, mas também não se pode descartar a possibilidade de ainda haver indígenas que tenha tais traços, pois o fato de não ter relatos pode ser pelo desinteresse dos pesquisadores da área e não por extinção total das culturas, afinal como já foi dito no decorrer do trabalho devido a mestiçagem que são causas culturais houve um grande abandono das culturas Arikêmes, fazendo que nenhum indígena se identifique como pertencente a esse grupo e a falta de informação relatadas por estudiosos da área faz com que cause desconhecimento por parte da população destes indígenas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina celestino de. **Os índios na historia do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2010.
- ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. **Os Rikbaktsa: mudanças e tradição**. São Paulo: 1992. 543 p. tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um Pouco – Antes e além – Depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.
- BEOZZO, José Oscar. **Leis e Regimento das missões: politica indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.
- CAVALCANTE, Washington Heleno; **os Arikêmes e o SPI; o desafio da reelaboração cultural indígena sobre poder tutelar do estado Brasileiro/** Washington Heleno Cavalcante. Porto Velho Rondônia. 2015.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a el- Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil**. Disponível em:< <http://www.infoescola.com/historia/carta-de-pero-vaz-de-caminha/>> Acesso em 10/06/2015.
- CORDEIRO, Enio. **Politica indigenista Brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas**. Brasília: instituto Rio Branco, 1999.
- CORREA FILHO, Virgílio. **Historia de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- CUNHA, Euclides da. **À Margem da Historia**. São Paulo: Martins Claret, 2008.
- DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. **A Guerra dos Bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América Portuguesa**. Revista Eletrônica de Historia do Brasil. Juiz de Fora: 2002.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Rio de janeiro**; Jorge Zahar, 1993.

EISENBERG, Jose. **As missões jesuítas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo horizonte: Ed. UFMG, 2000.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a Republica.** São Paulo: HUCITEC: Editora da universidade de São Paulo, 1989.

LEONEL, Mauro de Mello. **Etnodicéia Uruéu-au-au.** São Paulo: Edusp, 1995.

MAGALHÃES, Amílcar Botelho de. **Pelos sertões do Brasil,** São Paulo: Nacional, 1941.

MARCHANT, A. Do escambo a escravidão. 2. Ed. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1980.

MEGGERS. Betty de, **Amazônia: a ilusão de um paraíso.** Rio de janeiro civilização Brasileira, 1977.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil.** 7. Ed. São Paulo: UNB. 1993.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo/ John Manuel monteiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOELLI, F.S. **as hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi.** Revista de **antropologia**, 39 (2); São Paulo; 1996 p. 7-53.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A viagem de volta: etnicidade: política e reelaboração cultural no nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia: evolução histórica.** Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1993.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Conferencias realizada nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 pelo Senhor Coronel Candido Mariano da Silva Expedição Roosevelt e da Comissão Telegraphica.** Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1916.

RONDON, Candido Mariano da Silva, **Índios do Brasil, Do Centro, Noroeste e Sul do Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, ministério da agricultura, CNPJ, Publicação n. 97, Vol. 1, 1946.

ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

SANTOS, Fabricio Lyrio. **Aldeamentos jesuítas e politica colônia na Bahia, século XVIII**. Revista de historia, n 156, junho, 2007, pp. 107-128. Universidade federal de São Paulo, 2007.

SILVA, Otavio Félix Ferreira. **Exploração e Levantamento do Rio Jamari**. Relatório Para Comissão Rondon. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1920.

SIMONSEN, R. C. **Historia econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues, FONSECA, Dante Ribeiro de. **Historia regional**. 2º ed. Porto Velho: ABG editora, 2001.